

Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875): um poeta político na Imprensa Periódica

Eduardo da CRUZ*

Resumo: O poeta português António Feliciano de Castilho (1800-1875) não costuma ser apontado como homem político, como acontece com seus contemporâneos João Baptista de Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877). Pretende-se, neste artigo, acompanhar sua trajetória política a partir do que ele publicou na imprensa periódica, principal campo escolhido por ele para debate de ideias, até o momento em que ele assume a redação de um dos principais periódicos do romantismo português, a *Revista Universal Lisbonense*, quando ele passa a defender uma aura de neutralidade política tanto para ele quanto para sua revista, por estar sendo publicada durante o governo ditatorial de Costa Cabral, quando a liberdade de imprensa é ameaçada.

Palavras-chave: Liberalismo Português. Política. Imprensa Periódica. *Revista Universal Lisbonense*.

António Feliciano de Castilho (1800-1875): A political poet in the periodical press

Abstract: The Portuguese poet António Feliciano de Castilho (1800-1875) is not usually identified as being politically engaged, as is the case with his contemporaries John Baptist de Almeida Garrett (1799-1854) and Alexandre Herculano (1810-1877). This paper attempts to follow his political career from his published work in the periodical press, the main field chosen by him to debate ideas, up to the moment he became editor of one of the leading periodicals of Portuguese romanticism, the *Revista Universal Lisbonense*. He then began defending both his and the magazine's aura of political neutrality, which was published during the dictatorial government of Costa Cabral when freedom of speech was under threat.

Keywords: Portuguese Liberalism. Politics. Periodical Press. *Revista Universal Lisbonense*.

*Se a arte de escrever foi o mais admirável invento do homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a imprensa.
(Alexandre Herculano, "A Imprensa")*

Como se forma um jornalista, aquele que vai trabalhar esse "fecundo" invento da humanidade, agricultor lançando sementes ao ar para que produza frutos? António Feliciano

* Professor Adjunto – Departamento de Letras e Comunicação Social. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – BR-465, Km 7 Seropédica, CEP 23890-000, Rio de Janeiro, Brasil. eduardodacruz@gmail.com

de Castilho tinha essa imagem de si mesmo quando redator da *Revista Universal Lisbonense*, cargo que ocupou entre janeiro de 1842 e junho de 1845. Como percorrer a senda da imprensa a ponto de se tornar redator de um dos periódicos mais reverenciados em Portugal em meados do século XIX? O próprio desenvolvimento do jornalismo português na primeira metade dos oitocentos não foi linear nem tranquilo. É preciso acompanhar essas trajetórias, da indústria periódica e do poeta que abraça a imprensa, buscando nesse entrecruzamento os sucessos e reveses que serviram de experiência para sua formação. Buscaremos, portanto, neste artigo, acompanhar um lado de Castilho que costuma ser ignorado, seu posicionamento político no período anterior ao da restauração da Carta por Costa Cabral, em 1842.

Quando Castilho nasce, Portugal vive ainda um período de “explosão jornalística” (SOUSA; VELOSO, 1987, p. 31) incentivada por algumas medidas desenvolvimentistas do reinado de d. José, cujos fundamentos, mesmo com a instabilidade provocada pela invasão francesa e mudança da Corte para o Brasil, mantiveram o “dinamismo das estruturas tanto económicas quanto culturais” (SOUSA; VELOSO, 1987, p. 31) numa época em que as notícias passavam a ter impacto junto ao público. Assim, em paralelo ao jornalismo oficial e permitido, “surgiu um jornalismo panfletário que se foi desenvolvendo à medida que a situação política se agravava” (SOUSA; VELOSO, 1987, p. 32). É quando aparecem os primeiros jornais diários: *Diário Lisbonense*; *Gazeta de Lisboa* e o *Mensageiro*, para concorrer com a publicação do governo.

Mesmo ainda jovem, Castilho tem à disposição o acesso à imprensa. Seu pai, o dr. José Feliciano de Castilho, era um dos redatores do *Jornal de Coimbra*. Este jornal “foi no seu tempo a única revista científica publicada em Portugal” (PEREIRA, [1895], f. 200v)¹. Era redigido em Coimbra e impresso em Lisboa, o que indica uma das dificuldades da imprensa em Portugal no período, o pequeno número de tipografias e a dificuldade de distribuição após a impressão. É nesse jornal que A. F. de Castilho publica suas obras *Epicédio à d. Maria I* (1816) e a *Faustíssima Exaltação a d. João VI* (1818) logo após a publicação das mesmas em opúsculos. Uma segunda edição de cada obra, no *Jornal*, pode ter sido causada tanto pelo sucesso da venda isolada de cada poema, como para servir de divulgação de seu nome, facilitada pela posição de seu pai.

Apesar dessa aludida “explosão”, quando da revolução liberal, a imprensa periódica em Portugal ainda era muito incipiente. Segundo Tengarrinha, apoiado em estudos de Balbi, antes do dia 24 de agosto de 1820, data da revolução liberal, só se publicavam, em todo o império português, meia dúzia de periódicos. O vintismo não derrubou a censura prévia, entretanto, o problema da liberdade de imprensa estava lançado e foi uma das primeiras preocupações das Cortes. Os liberais defendiam que a imprensa deveria ser livre para

informar o governo e os cidadãos o que se passava no país – era a base de apoio ao sistema constitucional e um dos principais meios de conscientização cívica.

Como a liberdade de imprensa surge num momento de convulsão política, há um forte desenvolvimento, no século XIX, do jornalismo de opinião. Em 1821, já eram trinta e nove novos jornais em todo o império. Contudo, Portugal tinha um grande atraso técnico em face dos demais países europeus e ainda poucas tipografias. Além disso, como a estabilidade do novo regime ainda era baixa diante das forças reacionárias absolutistas, muitos projetos vintistas não saíam do papel, até com medo de se acirrar os ânimos. Uma pena, pois Garrett, em Londres, em 1830, no *Portugal na Balança da Europa*, perguntava-se: “se em Portugal houvera liberdade de imprensa e guardas nacionais desde o estabelecimento da Carta, estaria hoje D. Miguel sentado no trono de Maria II?” (GARRETT, 1963, v. I, p. 875). Entretanto, malgrado a censura prévia só ter sido completamente extinta de fato em 1834, após a vitória das forças cartistas, os anos de 1820 foram “a época em que a chamada imprensa liberal utilizou o jornal como veículo ideológico e político” (SOUSA; VELOSO, 1987, p. 32), levando o número de publicações periódicas a dar um salto significativo.

Dura era a perseguição à imprensa durante o miguelismo, com o retorno à censura² da Mesa de Desembargo do Paço e a perseguição a jornalistas, o que levou o número de periódicos a diminuir drasticamente. Surgiam, também, publicações absolutistas, em sua maioria redigidas pelo clero. Enquanto isso, os portugueses no exterior utilizavam a imprensa com três objetivos: conservar o fogo revolucionário nos emigrados, embora por vezes combatendo-se nas facções que se dividiam; tentar espalhar as ideias liberais em Portugal por meio do ingresso clandestino de folhas no país; e convencer os governos estrangeiros da possibilidade de vitória liberal e conseguir seu apoio.

O papel desempenhado pelos jornais durante a segunda emigração foi da maior importância. Redigidos por alguns dos maiores vultos das nossas letras (entre os quais se destacava Garrett), são notáveis, não apenas pela vibração e vigor da linguagem, no mais puro estilo jornalístico de combate, mas igualmente pela apresentação gráfica e cuidada impressão. Foi, sem dúvida, uma das mais poderosas armas de que os liberais se serviram nessa luta que, no princípio da emigração, se afigurava com tão fracas possibilidades de êxito. (TENGARRINHA, 1989, p. 144).

Esses intelectuais, ao retornarem a Portugal, implementaram uma série de mudanças na imprensa, tanto no conteúdo quanto na forma, inspirados pelos jornais europeus que liam no exílio. Apesar de uma sequência quase ininterrupta de importantes acontecimentos que convulsiona a sociedade portuguesa profundamente e que dura até a Regeneração (1851), há uma evolução – muito irregular, marcada por ascensões bruscas alternando com quedas vertiginosas no número de publicações periódicas – no desenvolvimento da imprensa, que “foi verdadeiramente prodigioso, constituindo porventura

a fase mais brilhante do nosso jornalismo” (TENGARRINHA, 1989, p. 148). Nesse período, a oratória e o jornalismo estavam intimamente ligados: o estilo jornalístico da época não consegue fugir à influência dela e se impregna do tom característico da eloquência parlamentar (TENGARRINHA, 1989, p. 148).

José Manuel Motta de Sousa e Lúcia Maria Mariano Veloso ressaltam que “a partir de 1830, o crescimento da imprensa é progressivo” (SOUSA; VELOSO, 1987, p. 32), apontando os dados do “Movimento da Imprensa Periódica Portuguesa (por décadas)”: 1791/1800 – 10; 1801/1810 – 62; 1811/1820 – 62; 1821/1830 – 227; 1831/1840 – 363; 1841/1850 – 335; 1851/1860 – 434; 1861/1870 – 687 (SOUSA; VELOSO, 1987, p. 33). Todavia, eles não deixaram claro se esses números referem-se a novos títulos ou ao total de títulos publicados por década, nem comentam a imprecisão que esses dados apresentam. Além de ser difícil agrupar dados da década de 1820, por exemplo, quando o número de periódicos tem um salto pela revolução liberal e depois diminui em razão das perseguições do governo absoluto, nota-se um decréscimo na década de 1840, interrompendo a sequência de crescimento no número de periódicos, provavelmente causada pela repressão que o governo cabralista também executou.

Aliás, o período do cabralismo foi muito duro para a imprensa. Desde o enfraquecimento do governo setembrista, há um recrudescimento na relação entre governo e imprensa. António Bernardo da Costa Cabral tinha a Câmara a seu favor para criar leis repressivas e seu irmão, José Bernardo, como governador civil de Lisboa, tinha o braço armado usado contra os periodistas. Uma legislação mais dura e o uso de violência contra jornalistas e tipografias (ou por agentes do governo civil ou por arruaceiros pagos por esse governo) eram comuns. Os jornais políticos opositores eram os mais duramente perseguidos. Muitos jornalistas foram presos e algumas publicações saíram clandestinamente durante a Patuleia. Como a maioria das medidas restritivas não atingia os periódicos literários e científicos – esses tiveram, até mesmo, certo apoio governamental e da própria rainha –, essas publicações tiveram um desenvolvimento notável, encontrando-se em pé de igualdade com o que melhor se fazia na Europa (TENGARRINHA, 1989)³.

É com a Regeneração que se abre um período de grandes facilidades para a imprensa periódica, que se estende até o começo do reinado de d. Carlos, quando há nova série de repressões. Com a revogação da “Lei das Rolhas”, legislação que dificultava o desenvolvimento da imprensa de opinião, contra a qual protestaram vários intelectuais e jornalistas⁴, o número de periódicos cresceu rapidamente. No decênio de 1850 a 1859 foram, em média, trinta e cinco novos periódicos por ano. Essa média subiu para sessenta e sete no decênio de 1860 a 1869; noventa entre 1870 e 1879; e cento e oitenta e quatro entre 1880 e 1889 (TENGARRINHA, 1989, p. 184).

É a partir de 1834 que a imprensa periódica começa efetivamente a crescer em Portugal, profissionalizando-se. Além do pessoal da tipografia, um jornal de certa importância era, em geral, constituído por: um editor (responsável perante as autoridades); um redator-responsável; um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras e da informação nacional (sobretudo relatos das sessões das Câmaras); e um folhetinista. Começa o desenvolvimento de “cartas ao redactor”, que estabelece uma comunicação estreita e constante entre o jornal e o leitor. Apenas a partir de meados do século que surge a figura do revisor. Havia, entretanto, os colaboradores eventuais, que são mais ou menos identificados com a política do jornal. Em Portugal, pode-se dizer que todos os grandes nomes das Letras e do pensamento do século XIX colaboravam assiduamente na imprensa periódica. Os jornalistas atingiam, então, relevo na vida intelectual, tornando-se vozes importantes na formação da opinião pública.

Após o *Jornal de Coimbra*, apenas em 1834 volta-se a ver o nome de António Feliciano de Castilho impresso nas páginas de um jornal. Ele aparece mais uma vez como poeta, e político, publicando no *Periódico dos Pobres*, de Lisboa, cinco sonetos compostos por ele e um por seu irmão Augusto Frederico, para serem recitados no “festim que teve lugar no arsenal do exercito na noite de quatro d’Abril de 1834” (O PERIODICO DOS POBRES, n. 97, 25 abr 1834).

Por mais de um lustro a brenhas confiado,
Livres, sem mancha, emthesourei meus dias,
Carpi na lira as patrias agonias,
Soei rebate contra algoz c’roadado.
Mais de um filho dos montes a meu brado
Foi combater as legiões sombrias;
Tu, valor que os-regeste, me-regias,
E fiz Soldados, se não fui Soldado.
Proscrito não salvei mais do que a lira:
Mas góso a Patria, abraço a Liberdade,
E virtude sem p’rigo ao vate inspira. (CASTILHO, 1834, não paginado).

Foi esse o papel de Castilho durante o miguelismo. Ele não emigrou, mas viveu socialmente isolado na freguesia de S. Mamede de Castanheira do Vouga onde seu irmão fora designado cura. Lá não pôde fazer mais politicamente do que “carpi[r] na lira as patrias agonias” e incentivar novos soldados pela liberdade. Salvou a lira para cantar entusiasmado em outro soneto: “Liberdade! eu a canto, eu goso d’ella!”, sem esquecer que muitos sucumbiram na guerra civil: “E involuntaria lagrima escapando/ Do nectar entre as mãos lhes turva a taça”. E Castilho não poderia ter escolhido melhor folha para essa celebração. O *Periódico dos Pobres* surgiu em 1826, mas foi suspenso em 22 de agosto de 1828, tendo recomeçado apenas em 22 de julho de 1833. Quando retomou a publicação, lembrou o tempo de perseguição: “Depois de cinco annos de forçado silencio, cinco annos de trabalhos

e desgraças segunda vez a nossa voz se levanta a bem dos nossos compatriotas” (O PERIODICO DOS POBRES, n. 1, 29 jul. 1833 *apud* PEREIRA, [1895], f. 543v).

A primeira participação de Castilho voltada exclusivamente para a imprensa foi no jornal *A Águia*, “o primeiro periodico publicado depois da restauração da liberdade” (PEREIRA, [1895], f. 656). Augusto Xavier da Silva Pereira, no verbete sobre esse periódico, põe em causa a filiação política do mesmo, por seus redatores principais, José da Gama e Castro e seu irmão Francisco de Assis e Castro, terem sido miguelistas e por o dito jornal ter estreado no aniversário da coroação e aclamação de d. Miguel, 11 de julho. O texto de apresentação declara que, como o governo pretendia deixar de publicar notícias no jornal oficial, cabe a outras folhas essa tarefa, e continua:

Nunca Epoca tão fertil de acontecimentos interes[s]antes se apresentou na historia da Europa á curiosidade dos pensadores, como a que nasceu em França, há quatro annos. O Genio da liberdade, estendendo rapidamente a sua influencia em todas as direcçoens, lá vai electrizar a Polonia, dá existencia á Belgica, reforma Inglaterra; e atravessando os mares, como um meteoro inflammado, vem accender áquem dos Pirineos os primeiros raios de uma nova e feliz era, que todos os dias se vão estendendo pelo horizonte politico com passos agigantados. [...] Nunca o Povo Portuguez teve tão grande necessidade de conhecer os seus proprios interesses, e nunca em Portugal houve tão grande escacêz de meios de illustração. (A AGUIA, n. 1, 11 jul. 1834, p. 1).

Logo no segundo número, de 12 de julho de 1834, *A Águia* anuncia a publicação do folheto com o poema de Castilho *Elegia á morte da Chronica Constitucional de Lisboa*. Comentando que “os versos são, com muito poucas excepções, cheios e euphonicos, o estilo correcto, a linguagem classica e castigada, os toques satiricos cheios de muito sal” (A AGUIA, n. 2, 12 jul. 1834, p.7), a redação transcreve alguns trechos dessa elegia⁵. Não é espanto algum, os versos de Castilho corroboram a crítica do jornal à atitude do governo, portanto, crítica do periódico ao governo “cartista”.

A oposição ao governo “devorista”⁶ era direta a ponto de jornais da situação duvidarem realmente do “liberalismo” de sua redação. Já no número 6, de 17 de julho de 1834, os redatores precisam explicar sua posição política:

Tendo-nos constado, que differentes pessoas, ou por pouco perspicazes, ou por menos reflectidas, ao lerem as primeiras folhas da nossa Águia, se lembráráo de chrisma-la com o epitheto de Ministerial, sentimos muito ver-nos na precisão de dizer a estes senhores, que os reputamos perfeitamente ignorantes nesta parte da Historia Natural, a que chamamos Ornithologia, ou Sciencia das Aves. [...] A Águia por tanto não é Ministerial. Tambem não é Infantista, não é Miguelista, não é Pedrista; e se fôr alguma coisa, que acabe em ista, será Racionalista, e por isso mesmo Cartista. O partido da Águia é o da rasão, e o da verdade. (A AGUIA, n. 6, 17 jul. 1834, p.21).

Augusto da Silva Pereira indica que a redação desse periódico era efetivamente miguelista, mas que se passava por liberal “para melhor encobrir seus fins” (PEREIRA,

[1895], f. 656). Esse historiador do jornalismo português comenta: “Em outro artigo que aparece no N.º 33 – 20 de agosto [de 1834] – a redacção mostra-se altamente liberal nas suas ideias, bem como nos artigos de fundo de 26 e 29 de setembro nos quaes se desentranha em elogios os mais levantados ao fallecido imperador sr. D. Pedro IV” (PEREIRA, [1895], f. 657v). Ora, os “artigos de fundo” de setembro aí aludidos, apesar de publicados sob assinatura de “Os Redactores”, são da pena de António Feliciano de Castilho, que assume serem de sua composição ao republicá-los em livro, em 1836. A autoria, contudo, não é indicada no verbete do dicionário de Silva Pereira, que traz um recorte do jornal *Precursor*, “periodico fundado na Suissa para os emigrados realistas” (PEREIRA, [1895], f. 657v), no qual um dos redatores principais de *A Aguia*, José da Gama e Castro, explica o que aconteceu e por que acabou exilando-se:

Porém a *Aguia*, resuscitando as esperanças de toda uma Nação desanimada, teve de cobrir-se com um nome famoso pelas opiniões; e escriptos ultra-liberaes de quem o tinha, orgão de uma secção consideravel do partido rebelde, a cujo credito tinha concedido o Governo a publicação da folha. [...]

O Governo conheceu bem depressa o mal, que lhe fazia uma folha redigida por tal maneira; e não lhe foi difficil atinar com o membro, que devia soffrer amputação. Offereceu-nos empregos lucrativos; não acceitámos: tentou-nos com sommas consideraveis; indignamo-nos: assustou-nos com ameaças terriveis; não esmorecemos. A inutilidade de todos esses meios deu logar a uma ordem de prisão, de que escapámos por um milagre; e a final vimos fuzilar sobre nós o punhal dos *Adeptos*, que é a *ultima ratio*, de que costumam servir-se estes Senhores (PRECURSOR, n. 1, ago. 1835 apud PEREIRA, [1895], f. 657v).

Algumas informações importantes se retiram desse trecho. Uma, apontada pelo próprio Silva Pereira, de que havia intenções legitimistas na origem desse periódico. A segunda, de que o governo liberal também perseguia jornalistas, apesar da aparente liberdade de imprensa. Se não era possível corrompê-los, aqueles que escreviam para os periódicos sofriam ameaças físicas ou judiciais. A terceira, que um “nome famoso” dos liberais fora incluído na redacção. Supomos que esse “nome famoso” deva ser pluralizado. Aos poucos a redacção desse jornal passa a ficar cada vez mais a cargo dos Castilhos, que atuam para coibir a influência miguelista que havia na redacção e esconder o nome dos antigos redatores que faziam também parte da sociedade do jornal, mantendo, todavia, a folha na oposição ao governo dos amigos de d. Pedro. Os avisos da mudança na redacção repetem-se. No número 68, de 30/09/1834, altera o nome para *A Aguia do Occidente*, sem interromper a numeração. Na edição 84, de 20 de outubro, consta que “desde que este jornal, pelo contrato feito entre seus actuaes redactores e o proprietario da antiga Aguia, tomou o character de jornal da opposição liberal, foi sempre nosso proposito [...]”, indicando que houve uma efetiva mudança na redacção.

Parece ter sido vasto seu trabalho nesse jornal, segundo conta António Feliciano ao irmão:

Bem quizera eu catalogar para aqui os innumeraveis periodicos em que fui redactor ou collaborador, constante ou accidental, começando, se bem me lembra, pela *Aguia do Occidente*; mas a memoria não me ajuda. Sei que empreguei n'esse ruim serviço muita resma de papel. Valeria por ventura a pena escolher, por toda essa immensa artilharia, o que poderia reputar-se mais digno de se reler, e reunil-o em tres ou quatro volumes de Miscellanea. Ahi se veriam muitas paginas salgadas, muitas apimentadas, algumas talvez eloquentes verrinas, um pouco de philosophia, não pouco de poesia, e intuitos ousados e generosos. Mas tal collecção nunca se ha-de fazer; porque, tendo apparecido esses artigos quasi todos anonymamente, segundo o uso dos jornaes, só eu é que poderia hoje reconhecel-os; e, mesmo assim, com bastante difficuldade: pressupondo todavia (o que aliás não era facil), que se me deparavam todos esses periodicos, de que nada, ou quasi nada, conservo, e varios dos quaes nem talvez já se encontrem em parte alguma. *Sic transit gloria immundi*. Mas ainda que eu tivesse todas essas collecções á mão, parece-me que não havia interesse, que me obrigasse a fazer tal busca; e, mesmo depois d'ella feita, creio que me não resolveria a compaginar tal compilação. (CASTILHO, 1909 v. II, p. 20-21).

A *Aguia do Occidente* continha alguns redatores de *A Aguia*, sem ser exatamente o mesmo jornal. Entretanto, um desses continuava a modificar e a publicar artigos em *A Aguia do Occidente* sem autorização do editor ou dos demais redatores, até ser excluído da sociedade. No dia 20 de outubro de 1834, em razão de um dos antigos redatores voltar a publicar um jornal intitulado *A Aguia* (como sendo o número 68), *A Aguia do Occidente* comunicava que não se considerava mais sucessora de *A Aguia* velha. A limpeza nos nomes dos redatores continuaria. No n. 91, de 28/10/1834, o jornal informa que “os Srs. A. F. de Figueiredo, e A. J. de Figueiredo, já ha dias não fazem parte da Redacção da *Aguia do Occidente*” (p. 581). Antes, no n. 87, já anunciava:

A redacção da *Aguia do Occidente* annuncia que do 1.º dia do proximo Novembro por diante esta Folha passará a intitular-se – O NACIONAL – sem entretanto mudar, nem de espirito, nem de Collaboradores. O titulo de *Aguia* tinha por tão largo tempo merecido a aversão dos bons patriotas e dos homens de gosto, que todo o liberalismo da moderna redacção, talvez não bastou para a absolver (A AGUIA DO OCCIDENTE, n. 87, 23 out. 1834, p. 345).

Mesmo sob a liberdade de imprensa trazida com a vitória liberal, ainda não era tempo de se aceitarem as opiniões dos miguelistas. Até A. F. de Castilho, tão neutro em suas declarações políticas quando redator da *Revista Universal Lisbonense*, ainda sentia em seu coração a perda do libertador, o duque de Bragança, e não deve ter ficado feliz ao perceber-se ludibriado por redatores legitimistas. Seus artigos sobre a morte de d. Pedro, apontados como “altamente liberais”, verdadeira crônica do sentimento nacional, alcançaram sucesso a ponto de o n. 26 de *A Aguia*, abrindo com seu texto, vender tantos números avulsos que não foi possível atender a todos os assinantes, que tiveram de

aguardar a reimpressão, como indicava o expediente do n. 66, de 29/09/1834. Neste mesmo número publica-se, então, a segunda crônica de Castilho, “O Funeral de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro de Alcantara”, ocupando quase duas páginas.

O primeiro artigo, mais tarde intitulado “A Morte do Libertador”, abre o número de 26 de setembro de 1834 indagando “que é do Homem grande, o Maior Príncipe deste Seculo”, nascido “entre a raça degenerada e corrompida dos homens do dia” (A AGUIA, n. 64, 26 set. 1834, p. 253). Trata-se da elegia de um herói, o maior de seu tempo, por não ser degenerado e corrupto como os demais homens. Seus feitos? Ter tornado a “religião expurgada de fanatismo”, por ter extinguido as ordens religiosas masculinas, e ter sido “respeitado das ondas e das balas”, por ter atravessado o Atlântico para constituir um exército e lutar contra o absolutismo de seu irmão na guerra civil. Suas virtudes são exaltadas por Castilho:

Esse Homem extraordinario que soube usar do ferro para vencer e da victoria para perdoar, do sceptro para libertar os seus semelhantes, e da pena para nos traçar o Codigo da Civilisação, e no qual todos os talentos forão virtudes e todas as virtudes felicidades publicas (A AGUIA, n. 64, 26 set. 1834, p. 253).

Burguière alerta que “as celebrações não são hoje os melhores conselheiros da pesquisa histórica”⁷ (1979, p. 1347 – tradução nossa). Contudo, mesmo tratando-se de um texto laudatório no momento em que “o ultimo grão de area da sua ampulheta já cahio no fundo dos nossos coraçoes” (A *Aguia*, p. 253), a crítica política do jornal não é apagada pelas palavras de Castilho. Pelo contrário, o autor indica que o amor do povo por seu herói não conseguiu ser diminuído – talvez aí esteja a maior heroicidade política de d. Pedro – pela “medonha criminalidade de Ministros tenebrosos, ignorantes e despotas” (A AGUIA, n. 64, 26 set. 1834, p. 253). Ou seja, salva-se o autor do código que implica as “felicidades publicas”, mas ataca-se o ministério marcado por adjetivos opostos às bandeiras principais da atuação de Castilho ao longo de sua vida, à luz da razão pela educação e a liberdade.

A grande procura que teve o primeiro texto suscitou, decerto, o segundo, de muito maior extensão e escrito em tom narrativo. Seu redator não deveria escrever apenas mais um texto noticiando o funeral de d. Pedro de Alcântara. “Não faltarão almas frias que esmerem toda a sua exactidão em descrever o que só foi para os olhos”, algo até mesmo impossível a Castilho. Sua proposta é outra: “nós quizeramos de melhor vontade, se o podessemos, historiar a parte mais importante, a das affecções moraes de todo um povo: pintar os coraçoes alheios pelo nosso” (A AGUIA, n. 66, 29 set. 1834, p. 261). É o momento de pensar no povo. “Ha um não sei que de terno em pensar que tantas almas estranhas estão em harmonia com a nossa, e tomão parte na nossa pena!..” (A AGUIA, n. 66, 29 set. 1834, p. 261). E o testemunho de Castilho, mais um a chorar a morte do regente, tenta

atingir o absoluto ao colocar-se como a voz de todos, intérprete do mundo, e contar o silêncio trágico que marcava aquele espetáculo. “O Povo frequente como era, não enchia o ar d’aquelle ruido confuso de vozes que denuncia as grandes multidões; é porque as idéas proprias sobravão a cada individuo, e temendo quebral-as, cada um se compunha uma solidão” (A AGUIA, n. 66, 29 set. 1834, p. 261).

A consternação geral, a união de todos no mesmo sentimento, impedia que a multidão se comportasse como tal. A solidão em meio à multidão, neste caso, não é o estranhamento que sentem Poe ou Baudelaire. Não há nessa crônica nenhuma alienação entre o narrador e todos aqueles que acorreram ao funeral, são todos como um. E esse ambiente de meditação acompanha Castilho quando ele se afasta “necessitando dar algum remanso ao tropel de [seus] pensamentos” (A AGUIA, n. 66, 29 set. 1834, p. 262) e vai sentar-se “á borda do Tejo, d’este rio que já não rola oiro nas suas ondas, mas que n’ellas rola e rolará sempre saudades de grandezas, e de glorias”. Ainda envolto em seus pensamentos sobre o que aconteceria com a jovem rainha sem seu pai a guiá-la, ou sobre como o espírito de d. Pedro seria recebido no panteão pelos espíritos de d. João IV, d. José I e d. João VI, o cronista tira dessa noite “dictames preciosos, que para outra ocasião repartir[á] como um remedio com os [seus] companheiros de viagem” (A AGUIA, n. 66, 29 set. 1834, p. 262).

Não seriam seus companheiros de viagem toda essa multidão que foi se despedir do libertador em silêncio meditativo? Ou seriam apenas seus companheiros redatores d’*Aguia*? Seus pensamentos sobre o assunto voltam a ser publicados, mais uma vez anonimamente, no já agora *A Aguia do Occidente* (n.º 91, 28 out 1834), numa outra crônica, “As Exequias do Senhor D. Pedro”, que, juntamente com as anteriores, comporá o livro *Tributo à Memória do Libertador*:

Alta ía a manhã quando chegámos á Grande Cathedral, desejosos de lá offercermos tambem um tributosinho da nossa piedade. Já fóra das portas abertas se revolvía até longe uma turba immensa de Christãos: disséreis que a cerimonia não era limitada pelas paredes sagradas, e que muito mais ao largo se estendia o Templo debaixo da abobada livre do Ceo. A custo entrados no Edificio, cuja origem nas fabulas de já perdidas Nações, o nosso espírito começou de preparar-se para as meditações que deviam successivamente occupa-lo. As tres naves, as altissimas abobadas, a corpulencia desmedida das numerosas columnas, a amplidão do recinto, a sua meia luz tornando mais solemnes os retiros de suas immensas capellas, a quantidade de heroes, de sabios, e de virtuosos pisados e esquecidos debaixo de nossos pés, o lucto vestindo inteiro o Sanctuario, os fieis por toda a parte apinhados [...](A AGUIA DO OCCIDENTE, n. 91, 28 out. 1834, p. 551).

A marcação temporal e a longa descrição do espaço da Sé ajudam a dar certo tom narrativo ao texto em que a ação está no próprio pensamento reflexivo de seu autor. Diferentemente dos anteriores, não se percebe a ligação entre o narrador e o povo. O

cronista entra “a custo” na catedral tomada por uma “turba imensa”. Onde seus “companheiros de viagem”? Onde a “solidão” da multidão? O silêncio foi substituído pelo “som dos sinos” e pela “pompa funebre”. O som, “prolongando-se de echo em echo pelas velhas abobadas”, dizia ao cronista: “Só Deus é grande, os Homens são todos iguaes na sua miseria! E aquelle que aspira a dominar sobre os seus semelhantes é um impio, e um insensato; e contra esse atomo orgulhoso todos os outros atomos se devem precipitar e submergi-lo” (A AGUIA DO OCCIDENTE, n. 91, 28 out. 1834, p. 551). Seria essa voz um eco do que aconteceu a Portugal, que venceu o absolutismo? Ou seria o receio profético de uma revolução?

Ao pensar mais uma vez em d. Pedro, Castilho comenta que o príncipe, “se nada pôde rematar para a felicidade, tudo deixou irrevogavelmente começado” por ter dado “um grande exemplo aos tyrannos futuros” (A AGUIA DO OCCIDENTE, n. 91, 28 out. 1834, p. 551). O liberalismo político, o fim do absolutismo e início de um regime representativo é esse começo da felicidade que d. Pedro não pôde rematar. Liberalismo esse que tem no cristianismo seu exemplo maior, como mostra o som que ecoa “pelas velhas abobadas”. O maior medo não era exatamente o retorno ao absolutismo. O que o narrador – e não só – receava era a luta interna entre os partidos liberais:

“Sim, dizia um velho militar que junto de nós viera sentar-se n’um degrao da mesma campella retirada: sim oremos por elle para que elle ore por nós, que ainda hoje carecemos da sua protecção, não contra o impio que nos tyranisou, que esse já não podia esperar nas armas senão derrotas se por ventura as retomasse, mas contra ambições e machinações intestinas, porque os que por elle não podemos já ser vencidos, podemos-lo ser por nós mesmos, se os máos nos levarem a combatermo-nos” (A AGUIA DO OCCIDENTE, n. 91, 28 out. 1834, p. 562).

Antônio Feliciano de Castilho já temia o que seriam as lutas políticas em Portugal após a morte de d. Pedro. E não foi preciso esperar muito para que acontecessem. No *Nacional*, título que substituiu *A Aguiá do Occidente* já sem a redação de Castilho, foi necessário defender sua posição e a de seus irmãos. O que causa estranhamento é a escolha desse jornal. Afinal, ele recusara associar seu nome à colaboração no *Nacional*⁸, apesar de esse periódico abrir defendendo justamente a felicidade coletiva como dependente de acordo mútuo e a condenação ao absolutismo.

Deve ter pesado na recusa inicial de Castilho a se associar a esse periódico o fato de o mesmo ter sido fundado por um grupo mais à esquerda do liberalismo (Marechal Saldanha, os irmãos Passos, Rio Tinto, Vieira de Castro, Jervis de Atouguia e outros)⁹, enquanto A. F. Castilho se posicionava no centro, entre os “radicais” e os “amigos de d. Pedro”¹⁰. Contudo, como seu irmão Augusto Frederico de Castilho havia sido indicado por d. Pedro como arcepreste da Sé Arquiepiscopal Metropolitana de Lisboa e o governo removeu-o do cargo após a morte do regente, os Castilhos reagiram. Periódicos pró-governo

acusavam os irmãos Castilhos de serem miguelistas. António Feliciano publica, então, nesse jornal, uma série de três “Cartas Biographicas ao Povo” sobre “a pessoa e caracter do Sr. Augusto Frederico de Castilho, Deputado da Opposição”¹¹. Conta ele que “de oito Irmãos Castilhos (que tantos somos) não ha, – Graças ao Ceo! – um só que não seja liberal, e que por liberal não tenha sido perseguido” (CASTILHO, 20 jan. 1835, p. 269). E adverte: “Deus perdôe aos Jornalistas que mentem ao Povo; mas na cegueira da sua avidez, elles ignoram que immensa responsabilidade se toma brincando com os destinos das Nações!” (CASTILHO, 24 jan. 1835, p. 282).

Talvez pensando nessa “immensa responsabilidade” do jornalista, ou tentando distanciamento do rótulo de miguelistas (em parte por conta da participação em *A Aguia*, como vimos, mas também por serem oposição ao governo), os Castilhos resolvem fundar sua própria empresa e encetar a redação de seu próprio jornal: *A Guarda Avançada*. A proposta política era ainda a mesma de *A Aguia do Occidente*, ser oposição ao ministério de 1834. E tal como este jornal, é praticamente impossível identificar quais textos saíram da pena de António Feliciano e quais ficaram a cargo de seus irmãos ou outros colaboradores¹². Como sabemos que as ideias políticas dos irmãos estavam coadunadas, não importa saber realmente se determinado texto era de um, de outro, ou escrito em colaboração. Até imaginamos que, por essa altura, todos os textos políticos de António tenham sofrido influência direta do irmão Augusto, uma vez que este atuava como secretário daquele. Destacamos, então, alguns trechos do prospecto, intitulado “A Caravana”, que introduzia a nova publicação, por apresentar, já então, alguns objetivos que mais tarde nortearão a redação de outro projeto dos irmãos Castilho, a *Revista Universal*.

A humanidade avança cada dia no caminho da civilização: a felicidade, que he o seu alvo, he uma montanha escarpada que apparece ainda bem longe entre os vapôres do horizonte. A rota he incerta, por entre perigos, de toda a especie, por entre abyssos horrorosos. Cada Nação segue este caminho como uma caravana aventureira; os Portuguezes não são a ultima destas caravanas. Os perigos da peregrinação pódem accommeter a cada uma dellas, e até forçal-a ás vezes a recuar, e esses perigos interessão a todas, porque os destinos dos Povos, se bem se considerão as suas relações, não são mais que um destino, o da especie humana. Cedo, ou tarde, ella ha de toda ser livre, porque he sempre lá que se tem de chegar: cedo, ou tarde, dentro em um, ou em dez seculos pouco importa; o coração da filosofia o profetisa, e tem de cumprir-se. A nossa tribu poz-se em caminho no anno vigesimo deste seculo, e de então até hoje duas vezes tem sido repulsa ainda para além do seu ponto de partida. Agora que novamente vai em marcha proclamando em voz alta a liberdade que lhe pertence por ter titulos incontestaveis, natureza, doação, e conquista, he mister ir vigilante para evitar a repetição de igual opprobio demasiadamente possível. (A GUARDA AVANÇADA, n. 1, 6 fev. 1835, p. 1).

Mais uma vez, a liberdade é apresentada como caminho para a felicidade e a civilização. Sua “tribu” de 1820 é a dos liberais. Os perigos de retrocesso, entretanto, ainda existiam e era preciso estar vigilante. Anunciam então os redatores: “nós partimos diante do

nosso Povo em *Guarda Avançada*”, “nós tomamos já a nossa posição de vanguarda: os nossos olhos são perspicazes, o nosso ouvido vai álferta, as armas promptas, a marcha será rápida” e “sem nos descingirmos das armas, colheremos nossas flores”. A luta foi rápida – o último número, o 86, de 29/05/1835, avisa que o jornal se acaba por ter findado o combate (há um novo ministério, presidido pelo marechal Saldanha). Não quer isto dizer que tenha sido uma guerra limpa. Os textos de António Feliciano sobre d. Pedro continuam a sair anonimamente, agora neste jornal. Logo no primeiro número aparece “O Coração de D. Pedro” (A GUARDA AVANÇADA, n. 1, 6 fev. 1835, p. 2) – será uma forma de atrair os leitores para o novo periódico, repetindo o tema de sucesso dos anteriores? Esse texto anuncia que o coração do regente será depositado na Serra do Pilar, em Gaia, mas ainda teme um retorno ao absolutismo, além de criticar posições dos “devoristas”:

As ambições não acabarão com D. Miguel. Se outra tirania de quem quer que seja põem [sic] o pé no primeiro degráo do trono absoluto, ora deserto, e maldito de Deos, e dos homens, os Portugueses levantando os olhos á Serra do sangue, proclamando Pedro e Liberdade tocarão a rebate com elles todo o reino se levantará na indignação, e a historia receberá um novo exemplo, terrível para usurpadores! (A GUARDA AVANÇADA, n. 1, 6 fev. 1835, p. 2)

No número 6, de 17/02/1835, mais um texto sobre a morte de d. Pedro, “A Viagem do Coração e os Beauharnais¹³ – Anedocta”. Como falar mais uma vez sobre o mesmo assunto? “O historiar o luto se torna impossivel, porque dos corações não se recebem participações officiaes, elles não sabem mais que padecer e fexar-se” (A GUARDA AVANÇADA, n. 60, 17 fev. 1835, p. 20). O cronista resolve então escrever uma conversa na amurada do barco que levou o coração de Lisboa ao Porto. O diálogo é entre um soldado de d. Pedro, “um dos caçadores 5” e “um soldado Francez” que acompanhara o príncipe que foi a Portugal para se casar com d. Maria II. Cada um defendia o liberalismo e o caráter de seu príncipe, mas o que pairava no ar era a preocupação dos portugueses com seu futuro rei, sem esconder a crítica ao ministério “devorista”:

– Temo, disse em voz baixa e pausada o virtuoso Caçador, temo a inexperiencia do Principe que não conhece, nem as cousas, nem os homens do nosso paiz: a gente que atulha os Paços reaes não he do Povo, ou o renegou; não sabe a verdade, ou tem interesse em a desfigurar: a verdade não chegará ao Principe; o estado, os sentimentos do Povo ser-lhe-ão desconhecidos; sem ser máu fará o mal (A GUARDA AVANÇADA, n. 60, 17 fev. 1835, p. 21).

A dúvida não teve tempo de ser dissipada. Os antepassados liberais não ilibavam o príncipe. Afinal, d. Miguel e d. Pedro eram irmãos. O liberalismo não se passa pelo sangue. E Beauharnais que foi a Portugal para ser rei morreu muito jovem. António de Castilho publica mais uma de suas crônicas, “A Morte do Principe D. Augusto”, em *A Guarda Avançada* n.º 38, 30 mar 1835. Novo receio de retorno miguelista, talvez pela dificuldade de

se perpetuar a dinastia liberal em virtude da rainha não ter ainda engravidado quando da morte de seu marido:

Inimigos da nossa Liberdade, vencidos que tramam na escuridão, almas abjectas que interpretaes o perdão por fraqueza; e a generosidade por cobardia; se estas descargas que ora atroão toda a Cidade vos enthusiamão por vos annuciarem que morreo um homem, deveis recordar-vos que estes mesmos canhões derribárão, e fizérão desapparecer a vossa *Divindade* nos seus dias de omnipotência (A GUARDA AVANÇADA, n. 38, 30 mar. 1835, p. 149).

Esse jornal não era assumidamente de redação dos Castilhos. Esses textos sobre d. Pedro apareciam sem assinatura. Essa tentativa de afastar seus nomes da crítica que o jornal fazia não impedia que a família continuasse a ser atacada pelos periódicos que apoiavam o ministério de 1834. Em mais uma defesa, António Feliciano de Castilho, agindo como se não tivesse qualquer relação com *A Guarda*, envia uma carta ao redator, que publica: “a rogos do Sr. Antonio F. de Castilho” seus poemas recitados no “Oiteiro em Coimbra celebrado na sala dos capelos por ocasião do restabelecimento do Absolutismo na pessoa do Sr. D. João VI” (A GUARDA AVANÇADA, n. 17, 2 mar. 1835, p. 67). Essas produções vêm acompanhadas de longa advertência justificando que tanto ele quanto seu irmão foram praticamente obrigados a participarem daquela celebração organizada pelos lentes da Universidade. Para o oiteiro havia quase tudo, menos o principal. “Os sermões, e as luminarias, faceis erão porque o azeite, e Frades não faltavão na terra; mas o oiteiro a não se querer em prosa, que essa em toda a parte abunda, apresentava a dificuldade de não haver Poetas, e muito menos absolutistas” (CASTILHO, 2 mar. 1835, p. 67). Ainda tencionando provar que, por mais que tivesse participado dessa comemoração, não fora nunca absolutista ou tivesse feito poemas defendendo esse sistema, Castilho apresenta as notas de “censura”, feitas por um dos lentes, que indiciavam serem mais liberais do que absolutistas as composições ali apresentadas, como no trecho:

Nestes campos sem fim não vez que immensos
Que innumerados milhões de homens padecem?
Pois todos, todos criminosos forão:
De longo em longo espaço alguns que observas,
Em que as furias mais barbaras se ostentão,
São esses os Caligulas, os Neros,
E os Reis que em vez de protegerem seus Povos
Folgarão de beber-lhe o sangue em ondas,
Que puzeram seu bem no mal do mundo;
Que em vez de um scetro florido, suave,
O arvorarão de ferro, espedaçando
Debaixo de seus pés a humanidade;
Outros no luxo a vida consumirão (CASTILHO, 2 mar. 1835, p. 68)

Ou ainda no primeiro quarteto de um soneto ali apresentado: “Todos livres e iguaes todos nascemos/ É lei, dever, instincto a liberdade/ Não quer ferros quem busca a

sociedade/ Homens servir a homens não queremos” (CASTILHO, 12 mar. 1835, p. 98). Todavia, os ataques não vinham apenas de outros periódicos. A aludida liberdade de imprensa não era irrestrita e o editor do jornal, Joaquim Theodoro de Castro, foi julgado do crime de “abuso de liberdade de imprensa”¹⁴, por esse periódico ter publicado um artigo em que defendia que a Câmara estava atuando além de seu mandato, o que seria contra a Carta. Sobre essa forma de restrição legal, conta Ribeiro que,

[...] ao longo da história da Imprensa, alternam esses dois critérios fundamentais da sua regulamentação: a censura prévia e a restrição legal do abuso de liberdade de imprensa. O segundo limita-se a estipular um mecanismo de sanções mediante a elaboração de leis especiais que coarctam os excessos da liberdade de imprensa. O controle deste princípio varia substancialmente, dentro de um mesmo sistema e ideologia políticos. (RIBEIRO, 1984, p. 461).

Interessante observar que o dito editor, conhecido dos Castilhos desde os tempos de *A Águia do Occidente*, era menor, tendo sido representado e defendido em tribunal pelo próprio António Feliciano de Castilho. *A Guarda Avançada* não perdeu a oportunidade de publicar o relato completo do julgamento¹⁵. Essa atitude, até possibilitou que se repetisse a crítica que provocou a acusação que levou o editor ao tribunal. Além de deixar clara a luta travada por esse diário a partir das falas do advogado de defesa, consideradas diversas vezes impróprias pela acusação e pelo juiz, por divagar em vez de ir direto ao ponto. Destacamos:

[...] o que é certo é que ha hoje grandes apostas, grandes jantares promettidos para festejar um revez da liberdade. Perdida esta causa, não começaria ella a perigar? E contra quem se dirigio tudo isto? Contra uma folha que nunca chamou á revolta; que tem pedido que se cerque o throno da Rainha de amor e supplicas, que para que o Ministerio se demittisse se dirigio a elle proprio (A GUARDA AVANÇADA, n. 21, 7 mar. 1835, p. 83).

Mudar o país, o governo, de forma pacífica, sem revolta, mas pela razão e entendimento. Dentre as duas formas de ação possível, Castilho defende sempre o caminho sem revoluções, sem violência, numa época em que os atentados contra jornalistas eram comuns e que diversas revoltas e golpes aconteciam. Veremos que, mais tarde, na *Revista Universal Lisbonense*, a questão sobre os caminhos de se atingirem a felicidade é mais uma vez alvo de reflexão. Em 1835, a luta seria travada na imprensa, pedindo mais liberdade:

[...] A livre comunicação dos pensamentos não é um direito politico, é um direito natural; e ainda que liberal seja a nossa Lei de Imprensa, em caso de duvida é necessario antes amplia-la do que restringi-la, e nas nossas circunstancias particulares n'este processo de hoje a causa da Liberdade exige que tal Pronuncia nem se ratifique. Não é meu proprio interesse é o vosso, é o dos Portuguezes. O Sr. Castro só representa a *Guarda Avançada*, mas aqui a *Guarda Avançada* representa a Opposição, a Opposição a Liberdade. É este o primeiro processo sobre a Imprensa: se um jornal zelozo defensor dos interesses populares, podesse encontrar o

desfavor de Magistrados populares como vós sois o Poder faria bem depressa calar todas as baterias das Imprensas que attaccassem as machinações e protegessem o Povo (A GUARDA AVANÇADA, n. 21, 7 mar. 1835, p. 83).

Foi o periódico dos Castilhos o primeiro a sofrer um processo de abuso da liberdade de imprensa. O governo, mesmo liberal, não estava acostumado a sofrer ataques constantes de órgãos formadores de opinião. O fim da censura prévia era ainda bem recente e, pelo visto, não tinha sido um fim tranquilo. Qualquer retrocesso era perigoso, como alertava Castilho. *A Guarda Avançada* foi, apesar da vida curta, um órgão de união pela imprensa. Silva Pereira conta que “a *Guarda Avançada* foi o primeiro jornal que estabeleceu permutação com os outros jornaes politicos do reino; isso que depois seria adaptado e que de alguma sorte estreita as relações entre os jornalistas e lhes entretem uma agradável camaradagem” (PEREIRA, [1895], f. 1061). Nesse mesmo periódico, Castilho coloca em prática também sua ideia de favorecer a intelectualidade feminina, abrindo espaço para que mulheres publicassem. Foi nessas páginas que a poetisa Maria José da Silva Canuto fez sua estreia, publicando seu primeiro poema¹⁶. São ações afirmativas em prol do desenvolvimento da imprensa e da abertura de novos espaços de sociabilidade cultural. A redação, ao publicar esse soneto, informa: “Folgariamos de augmentar tambem a lista das nossas compatriotas d’instrução, espirito e virtude, com cuja amizade nos honramos” (A GUARDA AVANÇADA, n. 61, 29 abr. 1835, p. 245).

Entretanto, a defesa de transformações políticas pacíficas por Castilho não surtiu efeito. A Revolução de Setembro de 1836 resultou, naquele momento, na queda do ministério e na substituição da Carta pela Constituição vintista. Nessa altura, António Feliciano estava próximo do jornal *O Independente*, órgão fundado por António Luiz de Seabra e António de Oliveira Marreca, publicado a partir de 20 de janeiro de 1836 e que defenderia o partido cartista. As disputas entre os grupos liberais pareciam mais acirradas. No n. 7, de 22/01/1836, os redatores publicam uma colaboração de Castilho, um trecho de sua tradução de *Palavras de um Crente*, de Lammenais, em que defendia a união de todos: “Em quanto andardes desunidos, e cada um só pensar em si, só tribulações, infortunios e oppressão podeis esperar” (O INDEPENDENTE, n. 7, 22 jan. 1836, p. 27). No entanto, não foi possível manter a união e a revolução dividiu o país. *O Independente* reagiu com medo, no suplemento ao n. 169, de 10 set. 1836, anunciando a suspensão do jornal.

Um acontecimento porém extraordinário, prenhe de immensas consequencias, acaba de surpreender-nos em meio de nossa carreira. Os factos precedem as discussões: a legalidade foge diante do estridor das armas, e a liberdade do pensamento e da palavra não pode offerecer-nos garantia segura no meio do exaltamento das paixões. (O INDEPENDENTE, n. 169, 10 set. 1836, não paginado)

Entretanto, o medo da revolta deve ter diminuído após se esfriarem os ânimos. O jornal volta onze dias depois, atacando a revolução. Castilho foi a voz dessa reação no *Independente*. São mais três textos sobre d. Pedro. O primeiro, com o título vago de “Commemorações”¹⁷, ainda sem assinatura, remete ao segundo aniversário da morte do duque de Bragança. O segundo, já assinado por A. F. de Castilho, “O Quadro do Senhor Sendim: *sunt lacrimae rerum*”¹⁸, aparece no folhetim “Omnibus” do jornal num registro ecfrástico baseado no quadro desse pintor. O terceiro não chega a esfriar no prelo. O periódico copia a “prefação” do livro que Castilho está publicando, o *Tributo Portuguez á Memoria do Libertador*, dividindo-a em três partes¹⁹ por sua extensão. O próprio livro só tem sua publicação anunciada quando a segunda secção é publicada. O sucesso foi tanto que nesse mesmo ano teve três edições, incluindo, na terceira edição, a litogravura de Sendim. Trata-se da reunião desses textos dedicados a d. Pedro, desde o primeiro de 1834, que passam a ter a autoria reconhecida. Antes, eles eram contra miguelistas e “devoristas”. Reunidos em volume, são a reação de Castilho aos setembristas, colocando-o numa posição de centro no espectro liberal.



Figura 1 - SENDIM, Maurício José do Carmo (1786-1870). D. Maria II [Visual gráfico / Sendim fecit. - Lisboa: 1836 ([Lisboa]: O.L. R. dos Martyres, n. 12 e 13.

Fonte: <http://purl.pt/6856>

A “Commemoração” tem título irônico, pois no texto percebe-se que não há o que comemorar. É mais uma elegia. Nessa, quem morreu foi a obra do imperador.

[...] além daquelle coração thalisman de victorias, e deste corpo exausto e devorado nas fadigas da guerra e da paz permanecia ainda outra parte de tamanho heroe, e de todas era a ella a mais viva, e a que menos parecia sujeita a inconstancias de tempo e fortuna; era a Carta que ja nos fora trombeta de ressusreição [sic], e estandarte de victoria. Desta Carta e de uma Princeza amavel tão filhas do seu amor uma como outra, composera elle um ente unico e indivisivel tão unico e indivizivel como Deos compoem o homem de corpo e alma, era cada uma dellas o complemento e condicção da outra, era a Rainha Rainha pela Carta, era a Carta Carta com a Rainha; era a Carta o espirito e o pensamento, a Rainha o braço e a execução (O INDEPENDENTE, n. 173, 24 set. 1836, p.702).

Com a “morte” da Carta, temia-se pela rainha e pela própria liberdade, até mesmo a de pensamento e de imprensa. Castilho temia pela impossibilidade da felicidade que, para ele, originava-se na carta outorgada.

Se ainda se respeita a liberdade do pensamento e da palavra, qual no-la deixou o Restaurador, essa invocamos. [...] D. Pedro, como homem, muitas vezes desacertou as suas escolhas de homens, como filosofo legislador, não desacertou uma só vez a escolha de principios; e se por elles pôz a vida era por saber que constituiu um systema completo de felicidade. [...] inda quando [...] a constituição do anno 22 excedesse em filosofia abstracta a Carta de 26, era a Carta de 26 muito superior á Constituição pelos elementos que em si continha de paz domestica e externa, por consequencia de duração, por consequencia de felicidade publica, e por consequencia ainda de felicidade europea, pois que todas as nações não são ainda livres, e o fogo da liberdade cedo ou tarde péga e cresce pelas vizinhanças. Eis aqui quanto destruirão, ou quando menos retardarão os anónimos autores da revolução (O INDEPENDENTE, n. 173, 24 set. 1836, p. 703).

“Um systema completo de felicidade” por ser uma liberdade possível naquele contexto, era um projeto que Castilho e os demais cartistas consideravam viável. A Constituição vintista traria mais liberdade? Possivelmente. Afinal, era quase uma constituição republicana, mais democrática, com o poder emanando do povo e um rei figurativo. Contra essa revolução a reação foi mais forte e houve o retorno ao absolutismo em 1828. É um dos temores de alguns cartistas, algo sempre presente nesses textos castilhianos. A posição de Castilho é moderada, como a de Garrett, sendo que este colaborou com os setembristas, ao passo que aquele reagiu à tomada de poder dos “radicais”. A Carta tinha, aos olhos de Castilho, mais chances de prosperar, de durar, de manter a paz, tanto em Portugal quanto no resto da Europa, fosse por evitar uma possível reação da Santa Aliança, fosse por servir de exemplo para que se fizessem mudanças em outros países que poderiam se tornar livres sem recorrer à violência. A felicidade pública, doméstica ou europeia, estaria em risco, segundo Castilho, com a substituição da Carta pela Constituição. O cronista só consegue ver felicidade sem violência: “Não prégramos nós a

revolta, pelo contrario pezar-nos-ia que por tão más vias como as por onde se pôs a Constuição no lugar da Carta, se poze-se a Carta no lugar da Constituição” (O INDEPENDENTE, n. 173, 24 set. 1836, p. 704). Por isso roga ao exército e à guarda nacional que se oponha a essa mudança, sem violência, e termina desejando “paz aos mortos, paz, perdão, e se é possível felicidade aos vivos” (O INDEPENDENTE, n. 173, 24 set. 1836, p. 704).

É a mesma questão apresentada no folhetim “O Quadro do Senhor Sendim”, apesar de sua forma ficcional. Esse texto começa pela descrição do quadro, a “sala magnifica, silenciosa, e armada de preto” ali representada com o “busto de guerreiro; fronte cingida de loiros, peito adornado de insignias de honra”, ao qual “uma formosa mulher desgrehada se abraça” a chorar. Passa então a “ouvir os queixumes” pela “imaginação do espectador”. É uma série longa de lamentos da rainha a seu pai, a seu povo, a sua pátria. Ela roga a seu pai: “– [...] volve de lá os teus olhos ao fundo da minha alma; ve-la-has tão cheia ainda hoje de amor aos nossos Portuguezes, como no dia em que jurei manter-lhes a felicidade que Tu lhes deixáras e já não existe!” (CASTILHO, 18 out. 1836, p. 781). E pergunta, amedrontada, o mesmo que Castilho, por sua própria voz, já apontava: “uma vez trasbordada a torrente popular, quem assignará limites ás suas desvastações?” (CASTILHO, 18 out. 1836, p. 781). Ao fim do texto, refletindo sobre o que escrevera, Castilho interroga-se sobre o papel do poeta em situações assim.

Mas não acabo eu de commetter uma grande imprudencia, fazendo vibrar a corda do amor perto de homens que pertendem dormir na falsa segurança do odio? Sim, mas tal é a natureza e o fado do Poeta: independente, conservando alguma cousa de sua altiveza silvestre e primitiva, perfere divagar pelos rochedos ermos e á beira dos precipicios a curvar-se na planicie para colher alguns fructos por baixo de plantas rasteiras. Melancolico por instincto, religioso por sentimento, imprevidente sobre tudo quanto possa acontecer-lhe na terra, elle se assemelha com aquelles Religiosos, que desquitados e esquecidos do mundo, contentes com pouco, adorando a virtude e não temendo o porvir, quase folgão dando todos os dias algumas enchadada na sepultura que os espera (CASTILHO, 18 out. 1836, p. 782).

O poeta deve levar o amor aos que esperam o ódio e ser “independente”. É estranho imaginar essa “independência” do poeta se ele age parcial e eticamente. A que seria ele independente? Não é de uma defesa do liberalismo por seu viés cartista que se trata? Logo, um partidarismo político é evidente em seu discurso. Aliás, não esqueçamos que o nome do jornal é também *O Independente*, o que tornaria esse poeta um porta-voz do grupo representado pelo periódico. Também não há uma preocupação ética com a felicidade social? Castilho está longe de ser esse “desquitado” e “esquecido do mundo”, folgando enquanto espera a morte. Curioso é que ele repete o epíteto em seu prefácio, dizendo ter

sido dotado “pela natureza com uma alma independente” (O INDEPENDENTE, n. 194, 19 out. 1836, p. 795). De tal modo ele seria “tão incapaz de compreender os interesses materiaes” (O INDEPENDENTE, n. 194, 19 out. 1836, p. 795-796) e seria “fugido por gosto, e desde a infancia, do mundo positivo para o mundo ideal dos meus Gregos e Romanos” (O INDEPENDENTE, n. 194, 19 out. 1836, p. 796). Por isso ele conta: “guerreei com todo o impeto de uma convicção forte, e com todo o ardor de uma alma poetica e não profanada” (O INDEPENDENTE, n. 194, 19 out. 1836, p. 796). Sua aclamada independência não é de fato um isolamento, mas revolta contra o “mundo positivo” dos “interesses materiaes”. É uma existência romântica que recusa para si a corrupção reificadora. A atitude de “revolta” não o atrai pela violência que demanda, mas aceita a de herói e a de juiz. Afinal, afirma ele, “é a poesia a heroicidade em discurso. como a heroicidade não é mais que a poesia em acção” (O INDEPENDENTE, n. 194, 19 out. 1836, p. 795). Seu percurso heróico é lutar pela verdade, uma luta lenta e pacífica, claro. “Corre a vida do poeta por fóra do mundo; mas quando a sua barca passa por diante donde a verdade, ou a virtude vão de vencida, quem lhe prohibirá lançar para a terra o seu grito de reprovação, e continuar a correr indolentemente á mercê do vento do céu?” (O INDEPENDENTE, n. 199, 25 out. 1836, p. 807). Sua independência também tem relação com sua história de vida nas fileiras liberais. Além de ter ficado em Castanheira do Vouga enquanto os liberais exilados organizavam-se em partidos e facções no exterior, ele teve uma atitude de crítica aos liberais que assumiram os cargos de poder em 1834 (“devoristas”) e agora, em 1836, vêm a público criticar também os setembristas.

O que fazer quando a luta obriga a não ser tão independente? O que fazer quando é preciso escolher entre verdade e virtude? A quem lançará seu grito de reprovação? Em sua prefação, ele mesmo esclarece que pode parecer contraditório defender uma Carta outorgada após ter exaltado a soberania popular em sua tradução de Lamennais. Ora, não corre o poeta indolentemente? Não se deve ir avidamente em busca de nada, para que não se perca de vista o que se almeja, como explica Castilho:

[...] olho para o fundo da minha alma, e lá diviso inda hoje tão vivo e imperioso o dogma da soberania popular, como quando pelo sustentar afrontava todas as consequencias possiveis; mas segue-se d’ahi, que se deva sacrificar ao optimismo de um principio uma certeza real de felicidade? [...] Innova-se em toda a parte e em todos os sentidos; innova-se antes de se conhecer o que, e para que, e só pela furia de innovar, como se a publica felicidade não fosse, como as mais brilhantes cristalisações, obra lenta do tempo e de uma natureza serena e ordenada (O INDEPENDENTE, n. 199, 25 out. 1836, p. 807).

Ou seja, a revolução pela soberania popular, por sua velocidade, violência e inovação, pode levar a perder seu objetivo superior, a felicidade. A crítica à inovação podia

ser pontual, como resistência às listas de demissões e novas nomeações que o governo setembrista encetou, mas marcou o pensamento de Castilho como poeta, como crítico, e como político. Para atingir a beleza é preciso tempo de maturação, em qualquer campo.

Mais tarde, ao pintar um quadro de si mesmo para enviar ao irmão José Feliciano, então no Brasil, António Feliciano desculpa-se por essa filiação partidária anti-setembrista quando comenta sua obra política:

Não mencio aqui o *Tributo Portuguez* e o seu prologo, porque essa obra pertence ao tempo em que eu ainda era *cartista* (do que muito me pésa).

Por que fui eu tão cartista n'aquelle praso? Creio ser esta a explicação:

[...]

D. Pedro era propriisimo para atrahir no seu turbilhão a alma de um poeta. Era um aventureiro, poeta práctico elle mesmo; era um liberal, quanto o pode ser um Principe; era um soldado valente, e um liberal práctico, ao menos na ultima parte da sua vida. Foi a causa occasional do nosso resgate, depois da mais dura escravidão; sem elle, não teriamos regressado do deserto da Castanheira para Lisboa, nem tu da emigração. Sua Filha era moça; tinha uma historia de tribulações desde a infancia; tinha-nos custado muito sangue, e ainda não havia perdido o seu prestigio hereditario, e os seus influxos sympathicos, como talvez depois lhe aconteceu, que lhe foi preciso morrer para se rehabilitar.

Não serão estes motivos mais que sufficientes para justificar o *Tributo portuguez* perante aquelles que sabem o quanto as coisas poeticas actuam sobre a alma do poeta? (CASTILHO, 1909 v. II, p. 25).

Não só sobre a alma do poeta. Vários intelectuais, artistas e literatos reagiram à Revolução de Setembro. O próprio pintor Maurício José Sendim, cuja obra serviu de mote ao texto de Castilho. E o jovem Alexandre Herculano, que fica famoso por seu opúsculo *A Voz do Profeta*, que lhe dá visibilidade nacional, além de dar identidade ao grupo cartista a partir de uma oposição ao que é ser setembrista. Era por uma visão apaixonada pela liberdade conquistada com a Carta e seu sistema representativo que esses intelectuais não podiam admitir servir ao setembrismo. Nesse aspecto, os três nomes maiores do romantismo literário português dividem-se, apesar de serem todos monarquistas constitucionais. Almeida Garrett, que teve cargos durante os governos posteriores a 1836 e anteriores ao cabralismo, defende o governo setembrista, tentando trazê-lo para o centro (tudo leva a crer que colaborou com a Constituição de 1838, um meio termo entre a de 22 e a Carta de 26). Herculano, exaltado contra o setembrismo, busca a posição de conciliação apoiando, ao menos inicialmente, a Ordem e defendendo a nova constituição que será jurada em 1838. Castilho manteve ainda sua crença na Carta e continuará cartista mesmo durante o governo de Costa Cabral.

O António de Castilho político age anonimamente a partir de então. A *Revista Universal*, projeto dos irmãos Castilho fundado em outubro de 1841, com redação de António Feliciano a partir de janeiro de 1842, defende uma posição neutra politicamente. No

entanto, o clã Castilho não deixa de emitir sua opinião. A 25 de maio de 1842 sai o primeiro número do diário *A Restauração*, cuja direção política estava a cargo de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, celebrando: “os dias que decorreram desde a tenebrosa noite de 1836 foram riscados da existencia politica da nação”. São de António Feliciano alguns textos do folhetim, a seção “Omnibus” (mesmo título utilizado no *Independente*), cuja autoria só pôde ser comprovada em razão dos manuscritos desses artigos encontrarem-se no espólio do poeta no ANTT²⁰ e no espólio do Instituto de Coimbra da BGUC²¹ indicando serem composição sua. O anonimato é realçado por palavras dos textos que, em alguns casos, afastam a ideia de ser A. F. de Castilho seu autor, como no “Orthographia Portugueza”. Esse texto é resposta a uma crítica feita pelo *Patriota*, por considerar que o fato de um grupo de literatos se reunirem na Imprensa Nacional não poderia ser algo positivo por ser um órgão do governo. O folhetinista da *Restauração* escreve, após citar os nomes daqueles que se reuniam para definir normas ortográficas, entre os quais se encontra o de A. F. de Castilho: “Temos quasi certeza de que os treze collaboradores supracitados, não descirão á rua a responder ao sr. A. M. da Silva Patriota, por isso diremos nós, alguma coisa sobre a materia” (A RESTAURAÇÃO, n. 238, 14 mar. 1843, p. 993), reforçando assim sua aura de neutralidade partidária.

É claro que a carreira jornalística de Castilho não acabou com o trabalho na *Revista Universal Lisbonense*. Este é, entretanto, o ponto alto de sua carreira na imprensa, por ser um periódico cultural e noticioso que alcançou prestígio na época, tendo sido, até mesmo, meio inaugural na publicação de obras canônicas do romantismo português, como *Viagens na Minha Terra*, de Garrett, e *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano. O peso dessa publicação na biografia de António Feliciano de Castilho deve ter contribuído para sua aura de neutralidade político-partidária, pois isso era o que ele defendia nas páginas desse periódico e que continuaria a defender por toda sua vida.

O que salta aos olhos nesse percurso biográfico pela imprensa é o papel que ele percebe que deve desempenhar nesse trabalho jornalístico. Como já indicamos acima, Castilho aponta em diversos textos caminhos ou bases para a felicidade pública, como liberdade política e de expressão. Todos esses temas aparecem por sua pena na imprensa não apenas por seu caráter civilizador. Para Castilho, jornalistas e poetas devem ter em mente seu papel como formadores de opinião, cuja necessidade advém da dificuldade de se conciliar pensamentos e projetos tão diversos quanto o povo de uma nação. Para Castilho, um indivíduo pode ter seu próprio projeto e caminho para atingir a felicidade individual. Contudo, como jornalista político que foi, para que um país ou uma comunidade caminhe para a felicidade pública, é preciso haver debate, apresentação de ideias, informação, e assim formar opiniões que se agreguem a um projeto coletivo, interrompendo desavenças, para que o país caminhe paulatinamente pelas reformas rumo a um futuro comum.

Recebido em 21/3/2014

Aprovado em 6/6/2014

NOTAS

¹ *Dicionário Jornalístico Português*, de Augusto Xavier Silva Pereira, enviado à Academia Real de Ciências de Lisboa em 1892. Foi produzida uma versão em DVD do manuscrito original (PT/ACL, Mss. série Azul, nº 445).

² Apesar da instabilidade política ao longo do século XIX, foram poucos momentos em que a liberdade de imprensa foi reprimida pela censura oficial: 1823 a 1826 e 1828 a 1833; ou suspensas as garantias e proibida a publicação de periódicos (45 dias em 1840, de fevereiro a março de 1844, de abril de 1846 a julho de 1847, e em breves períodos após isso, em momentos de “instabilidade política exacerbada”). (Cf. FRANCO, 1993, p. 11).

³ Esses periódicos não tinham sua publicação e circulação proibida durante os períodos de “suspensão de garantias”, como os demais, entretanto, sofriam algum tipo de censura (veja-se as reações à publicação de *Viagens na RUL*) e dificuldades na distribuição. Além disso, é importante notar que as duas revistas mais importantes do período, *O Panorama* e a *RUL*, surgiram antes de Costa Cabral chegar ao governo (1837 e 1841, respectivamente).

⁴ O protesto, que foi publicado em fevereiro de 1850 n’*A Revolução de Setembro*, tem o nome de Alexandre Herculano encabeçando a lista, seguido imediatamente por Garrett e outros cinquenta e oito intelectuais. Por esse pequeno protesto pode-se perceber como as fileiras da oposição reuniam diversos setores contrários ao Cabralismo. Esse protesto é assinado por homens da esquerda mais radical (setembrista), como Lopes de Mendonça (o quarto a assinar), Latino Coelho, Gomes de Amorim (chamado “Poeta Operário”) e Bulhão Pato. Também por liberais mais centristas (cartistas), como Herculano, contrafeitos com os rumos do liberalismo e com as posições do partido cartista. Contudo, há duas grandes ausências: Rodrigo da Fonseca Magalhães e António Feliciano de Castilho.

⁵ Também anuncia a publicação de Castilho, *Epistola ao Povo nas Eleições de 1834* (n. 14, 28/07/1834; e n. 15, 29/07/1834) e traz, sem indicar o autor, tradução dos *Amores de Ovidio*, “Elegia XI do Livro III” (n. 61, 23/09/1834, saindo novamente no n. 62, de 24 de setembro, por ter saído com as quadras fora de ordem no dia anterior), e a “Elegia XVI do Livro II” (n. 75, 9/10/1834).

⁶ Como era chamado pela oposição o ministério liberal, de 1834, formado por amigos do duque de Bragança e regente, d. Pedro.

⁷ “les célébrations ne sont pas toujours les meilleures conseillères de la recherche historique”

⁸ No segundo número de 1835, n. 50 de fato, de 3/01/1835, sai a seguinte nota: “Antonio Feliciano de Castilho declara ao Público, para destruir uma falsa opinião, a este respeito espalhada, que elle nunca trabalhou para O NACIONAL, nem para elle deu o minimo artigo. Não quer porém que a presente declaração seja tomada como filha de contemplações ou condescendencias indecorosas; e é por isso que manifesta ao mesmo tempo que approva o espirito em que esta Folha é redigida, e que delle foram muitos dos Artigos que na – Aguiá do Occidente – appareceram de mais forte e patriótica Opposição. Elle não deseja nem gloria nem desdouro por trabalhos alheios; assim quando de ora em diante haja de compôr algum Artigo, ou para O NACIONAL, ou para qualquer outro Periodico, ou de tomar só ou de Sociedade a redacção de alguma Folha, nunca o fará sem expressa declaração do seu nome” (p. 7).

⁹ Cf. verbete “Manuel de Jesus Coelho” do *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

¹⁰ Vasco Pulido Valente, ao analisar o governo dos “devoristas”, divide o espectro político liberal em Portugal em: “radicais”, à esquerda; “aristocratas”, à direita, “partidários de um compromisso com a franja moderada do *absolutismo*, que eram em geral *aristocratas* de origem, com família do outro lado” (2007, p. 18); ao centro o “governo dito dos *amigos de D. Pedro*, dos *ditadores*, ou dos *chamorros*” (VALENTE, 2007, p. 18), associados aos “aristocratas” no governo Palmela. Os Castilhos, ao que parece, encontram-se entre os “radicais” e os “chamorros”.

¹¹ “Carta Primeira”, no n. 63, de 20/01/1835, p. 269-270; “Carta Segunda”, no n. 64, de 21/01/1835, p. 273-274; e “Carta Terceira”, no n. 66, de 24/01/1835, p. 281-282.

¹² Silva Pereira, no *Diccionario jornalístico portuguez* informa que “foi fundado pelos irmãos Castilhos (Antonio, Jose e Augusto, conego da Sé)”, “sendo seu editor um tal Joaquim Theodoro de Castro que havia collaborado na Aguiá do Occidente” (PEREIRA, [1895], f. 1060).

¹³ Augusto de Beauharnais (1810-1835), neto paterno de Josefina de Beauharnais (primeira esposa de Napoleão Bonaparte) e irmão da segunda imperatriz do Brasil, D. Amélia Leuchtenberg, foi a Portugal para se casar com d. Maria II, tendo morrido em 28/03/1835, pouco depois do casamento que o elevou a príncipe consorte de Portugal.

¹⁴ A Carta de 1826 indicava como direito civil e político do cidadão que “todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que jajem de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela pena que a lei determinar” (Cf. FRANCO, 1993, p. 22). Seguiram-se várias leis para regulamentar a liberdade de imprensa e o que seria considerado “abuso”.

¹⁵ n. 21, 7 mar 1835, p. 81-84.

¹⁶ Augusto Pereira e outros autores indicam que esse poema teria sido publicado sob o pseudônimo “Portuguesa Liberal”, entretanto, apesar de Maria José Canuto o ter usado em outras publicações em periódicos políticos, na *Guarda Avançada* seu soneto é assinado “Por Uma Lisbonense” (n. 61, de 29/04/1835, p. 246)

¹⁷ *O Independente*, n. 173, 24 set. 1836, p. 702-704.

¹⁸ *O Independente*, n. 193, 18 out. 1836, p. 781-782.

¹⁹ *O Independente*, n. 194, 19 out. 1836, p. 781-787; n. 196, 21 out. 1836, p. 795-796; n. 199, 25 out. 1836, p. 807-808.

²⁰ A partir do espólio do ANTT, Coleção dos Viscondes de Castilho, Cx. 19 Msc. 1, n. 9, identificamos: texto sem título contra o *Portugal Velho*, no n. 296, 26 maio 1843, p. 3227; “Um Morto e um Vivo”, no n. 353, 09 ago. 1843, p. 3257-3259; “De que depende uma conversão!”, no n. 358, 16 ago. 1843, p. 3277-3278; “Carta do Pé de Boi”, no n. 374, 04 set. 1843, p. 3041; “Milagre! (Retardo de proposito)”, no n. 437, 18 nov. 1843, p. 3287; “Outra Tunda Mestra”, no n. 451, 05 dez. 1843, p.3141-3142.

²¹ Identificamos, a partir do espólio da BGUC, os seguintes textos: “Orthographia Portuguesa”, publicado no n. 238, 14 mar. 1843, p. 993; “Lisboa, 23 de Setembro”, no n. 390, 23 set. 1843, p. 3105; “Historia Comica”, no n.º 408, 14 out 1843, p. 3177-3179; “Lisboa, 17 de Setembro”, no n. 411, 18 out. 1843, p. 3191-3192; “Os Cemiterios”, no n. 423, 02 nov. 1843, p. 3231-3232; “Caso Espantoso”, no n. 505, 01 jun. 1844, p. 3558-3559; “Lisboa, 27 de Junho”, no n. 524, 28 jun. 1844, p. 3633-3634; “O Sr. Marecos”, no n.º 607, 05 out 1844, p. 3908; “Perversidade sem exemplo”, no n. 609, 08 out. 1844, p. 3975-3976; e “Sociedade Escolastico-Philomatica”, no n. 688, 14 jan. 1845, p. 4296-4297.

FONTES:

A AGUIA DO OCCIDENTE. Lisboa: Imprensa Liberal, 1834.

A AGUIA. Lisboa: Typ. a St.^a Cath.^a n. 12, 1834.

A GUARDA AVANÇADA. Lisboa: Typ. de R. D. Costa, 1835.

A RESTAURAÇÃO. Lisboa: Typographia Lusitana, 1843-1845.

JORNAL DE COIMBRA. Lisboa: Imprensa Régia, 1816-1818.

O INDEPENDENTE. Lisboa: Typ. de Antonio Sebastião Coelho e Companhia, 1836.

O NACIONAL. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1834-1843.

O PERIODICO DOS POBRES. Lisboa: Typ. de Felipe Nery, 1834.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE. Tomo III. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1844.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE. Tomo IV. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1845.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Arquivos Particulares*: Júlio de Castilho (Visconde de Castilho) (Fundo)

PORTUGAL. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. *Arquivo do Instituto de Coimbra* (Fundo), Viscondes de Castilho (Subfundo), António Feliciano de Castilho (Secção), Documentos particulares (Série)

REFERÊNCIAS

BURGUIÈRE, A. "Histoire d'une histoire: la naissance des Annales". *Annales ESC*, Paris, n. 6, p. 1347-1359, nov./déc. 1979.

CASTILHO, António Feliciano de. Sonetos. *O Periódico dos Pobres*, n. 97, Lisboa, não paginado, 25 abr.1834

_____. Cartas biographicas ao povo sobre a pessoa e caracter do Sr. Augusto Frederico de Castilho, Deputado da Opposição, por ocasião de elle ser pelo Governo, excluso de Arcipreste da Sé Archiepiscopal Metropolitana de Lisboa - Carta Primeira. *O Nacional*, n. 63, Lisboa, p. 269-270, 20 jan. 1835.

_____. Cartas biographicas ao povo sobre a pessoa e caracter do Sr. Augusto Frederico de Castilho, Deputado da Opposição, por ocasião de elle ser pelo Governo, excluso de Arcipreste da Sé Archiepiscopal Metropolitana de Lisboa - Carta Segunda. *O Nacional*, n. 64, Lisboa, p. 273-274, 21 jan. 1835.

_____. Cartas biographicas ao povo sobre a pessoa e caracter do Sr. Augusto Frederico de Castilho, Deputado da Opposição, por ocasião de elle ser pelo Governo, excluso de Arcipreste da Sé Archiepiscopal Metropolitana de Lisboa - Carta Terceira. *O Nacional*, n. 66, Lisboa, p. 281-282, 24 jan. 1835.

_____. Poesias recitadas por Antonio Feliciano de Castilho no Oiteiro em Coimbra celebrado na sala dos capelos por ocasião do restabelecimento do Absolutismo na pessoa do Sr. D. João VI. *A Guarda Avançada*, n. 17, Lisboa, p.67-68, 2 mar. 1835

_____.a por ocasião do restabelecimento do absolutismo na pessoa do Sr. D. João VI, começadas a publicar n'um dos nossos precedentes numeros. *A Guarda Avançada*, n. 25, Lisboa, p. 98, 12 mar. 1835.

_____. O Quadro do Senhor Sendim. *O Independente*, n. 193, Lisboa, p. 781-782, 18 out. 1836.

_____. *Tributo Portuguez á Memoria do Libertador*. 3 ed. ornada, além das outras lithographias, com a do quadro do Sr. Sendim. Lisboa: Impressão de Galhardo e Irmãos, 1836.

_____. *Castilho Pintado por Elle Proprio*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1909. 2 v.

FRANCO, Graça. *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Instituto Nacional – Casa da Moeda, 1993.

GARRETT, Almeida. *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. 2 v.

HERCULANO, Alexandre. “A Imprensa”. In: _____. *Opúsculos VIII*. . 3 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, [1908]. PEREIRA, Augusto Xavier Silva. *Diccionario jornalístico portuguez*, t.1, PT/ACL, Mss. série Azul, n. 445, [1895] (Manuscrito).

RIBEIRO, Maria Manuela. “Subsídios para a História da Liberdade de Imprensa – Meados do Século XIX”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VI. Coimbra: 1984. p. 461-593.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. 23v. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1958.

SOUSA, José Manuel Motta de; VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: UC Biblioteca Geral, 1987.

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2 ed. Revista e Aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

VALENTE, Vasco Pulido. *A Revolução Liberal (1834-1836): Os “Devoristas”*. 2 ed. Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.